

IC - Inquérito Civil n. 06.2019.00000479-2

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA, representada pelo Promotor de Justiça **Alvaro Pereira Oliveira Melo**, ora **CELEBRANTE**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fundamento no artigo 127, *caput*, e artigo 129, incisos II e III da Constituição Federal; no artigo 97 da Constituição Estadual; no artigo 25, inciso IV, da Lei n. 8.625/93; no artigo 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85; e no art. 83, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 197/2000; e

MUNDO DOS CEREAIS ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA EPP, ora **COMPROMISSÁRIA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 07.407.956/0003-13, com sede na Rua Serafim Gamba, 3943, Brilhante I, Itajaí/SC, neste ato representada por **Cláudio José Alves**, inscrito no CPF sob o n. 022.764.739-40 e no RG sob o n. 6.269.221-9/PR, com domicílio na Rua Serafim Gamba, n. 3943, Brilhante, Itajaí ou Av. das Américas, 3085, Fazenda Rio Grande, PR, firmam o presente:

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, disciplinada pela Lei Complementar n. 197/00, estabeleceu no art. 82, inciso XII, ser função institucional do Ministério Público a promoção das ações para defesa do meio ambiente, facultando-lhe a instauração de medidas administrativas que se fizerem necessárias, conforme art. 83, I, da mesma Lei;

CONSIDERANDO que o art. 225, *caput*, da Constituição Federal assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras

gerações;

CONSIDERANDO que meio ambiente é "*o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga, e rege a vida em todas as suas formas*" (Lei n. 6.938/81, art. 3º, inciso I), e que poluição é "*a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos*" (inciso III);

CONSIDERANDO que poluidor é a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental (art. 3º, IV, da Lei n. 6.938/81);

CONSIDERANDO que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão aos infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei n. 9.605/98);

CONSIDERANDO que segundo o art. 3º, III, "a" e "b" da Lei n. 6.938/81, poluição é a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população, criem condições adversas às atividades sociais e econômicas, e lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

CONSIDERANDO que segundo o art. 3º do Decreto Estadual 14.250/81, que regulamenta dispositivos da Lei n. 5.793/80, degradação da qualidade ambiental é a alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de energia ou substâncias sólidas, líquidas ou gasosas, ou a combinação de elementos produzidos por atividades humanas ou delas decorrentes, em níveis capazes de direta ou indiretamente prejudicar a saúde, a segurança e o bem estar da população, e criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;

CONSIDERANDO que o licenciamento ambiental, na lição de Paulo

de Bessa Antunes, serve de limitador concreto para o exercício da atividade econômica que só será lícita se exercida nos limites da licença ambiental concedida na medida em que caracteriza-se como "atividade diretamente relacionada ao exercício de direitos constitucionalmente assegurados, tais como o direito de propriedade e o direito de livre iniciativa econômica que deverão ser exercidos com respeito ao meio ambiente. Assim, indiscutivelmente, o Alvará de Licença Ambiental servirá de limitador concreto para o exercício da atividade econômica que somente será lícita se respeitados os limites da Licença Ambiental concedida". (*In*, Direito ambiental. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015. p. 191/192);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça, por meio encaminhamento do Relatório de Fiscalização n. 52/2018 e AIA n. 9438-D, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA, a notícia de que a empresa Mundo dos Cereais Alimentos e Transportes Ltda EPP fez funcionar atividade potencialmente poluidora sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes;

CONSIDERANDO que a compromissária comprovou na presente data (anexo) que deu entrada ao processo de regularização da licença no órgão ambiental competente (FATMA 2661/2019);

RESOLVEM celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA, com fulcro no art. 5º, parágrafo 6º, da Lei n. 7.347/85, mediante as cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA 1ª – A Compromissária compromete-se, tão logo expedida a licença ambiental, a comprová-la nos presentes autos no prazo de 10 dias;

CLÁUSULA 2ª – A Compromissária compromete-se a cumprir todas as condicionantes (gerais e específicas) exigidas pelo órgão ambiental para a regularização das atividades, o deverá ser comprovado no prazo de 12 meses após a expedição da licença, com relatório do órgão ambiental competente solicitado pela própria compromissária;

CLAUSULA 3ª – A compromissária como medida de compensação indenizatória pela ausência do competente licenciamento ambiental e pelos danos

ambientais potencialmente causados, **obriga-se:**

- a) ao **pagamento de dois salários mínimos ao Fundo Estadual para Reconstituição de Bens Lesados – FRBL** – CNPJ: 76.276.849/0001-54, pagos mediante boleto bancário, em 5 prestações, com vencimento em 30 dias a partir da assinatura do ajustamento de conduta;
- b) a **adquirir curso de capacitação para pilotagem de drone¹ para dois servidores da Famai**, no valor que girará em torno de R\$ 900,00 a R\$ 1.200,00, cada, no prazo de até 30 dias a partir da assinatura deste acordo. O total poderá girar em torno de R\$ 1800 a R\$ 2400, podendo ultrapassar para aquém ou além, desde que haja curso compatível. O comprovante deverá ser trazido pelo compromissário em 45 dias.

CLÁUSULA 4ª – O descumprimento ou violação da Cláusula 1ª e 2ª deste Termo de Ajustamento de Conduta implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa diária no importe de R\$ 2.000,00, ou seja, com a constatação positiva do descumprimento, assim como qualquer descumprimento às condicionantes da licença a ser emitida pelo órgão ambiental competente até a sua regularização, e o descumprimento da cláusula 4ª no vencimento antecipado de toda a multa indenizatória, exigível com juros de 1% ao mês e correção monetária.

Parágrafo 1º: As multas dispostas serão recolhidas ao Fundo Estadual para Reconstituição de Bens Lesados, CNPJ: 76.276.849/0001-54., disciplinado pelo Decreto 1.047/87, valor a ser pago mediante boleto bancário a ser

¹ A proposta referente à aquisição do curso de pilotagem de drone se dá em virtude da necessidade de capacitação dos servidores da Fundação do Meio Ambiente de Itajaí que, atualmente, possuem o equipamento drone para análises em áreas de grande extensão para fiscalização de danos ambientais e estudos para licenciamentos ambientais, mas não possuem curso para operar o referido maquinário, conforme informação encaminhada pela Procuradoria Jurídica do órgão ambiental municipal.

emitido por esta Promotoria de Justiça.

Parágrafo 2º: A não regularização das atividades perante o órgão ambiental competente ensejará o imediato requerimento judicial, mediante execução do presente título, de suspensão da atividade licenciável até que efetivada a adequação da empresa.

CLÁUSULA 5ª – O Ministério Público se compromete a não adotar qualquer medida judicial, de cunho civil, contra a Compromissária, no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de conduta seja cumprido.

CLÁUSULA 6ª – A comprovada inexecução dos compromissos previstos nas cláusulas acima, facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título.

CLÁUSULA 7ª – As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

CLÁUSULA 8ª – Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso em 2 (duas) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial.

Itajaí, 14 de março de 2019.

[assinado digitalmente]

GERUZA ISOTON
Promotora de Justiça Substituta

Cláudio José Alves
MUNDO DOS CEREALIS ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA.